

GOVERNANÇA E POBREZA: UMA ANÁLISE MULTIDIMENSIONAL

Daniele de Paula Liberato¹

Graduanda em Ciências Econômicas UFJF-GV
Bolsista de Iniciação Científica UFJF

Hilton Manoel Dias Ribeiro

Professor do Dep. de Economia da UFJF-GV

RESUMO

Devido à premissa de que boa governança é um instrumento importante para o combate à pobreza, torna-se relevante entender como a primeira afeta a segunda. O objetivo foi analisar a relação entre governança e pobreza dos países, no seu conceito multidimensional (renda, saúde e educação). Os dados utilizados são do Banco Mundial, compreendem o período de 1996-2014 e a metodologia utilizada foi de dados em painel. Os principais resultados indicam que há uma associação positiva entre governança e os indicadores socioeconômicos. Assim, participação da população, nível de liberdade e corrupção podem ser elementos importantes para a superação dessa pobreza multidimensional.

Palavras-chave: pobreza; governança, desenvolvimento.

ABSTRACT

Because of the premise that good governance is an important tool to combat poverty, it is important to understand how the first affects the second. The objective was to analyze the relationship between governance and poverty of countries in its multidimensional concept (income, health and education). The data used are from the World Bank, comprise the 1996-2014 period and the methodology used was panel data. The main results indicate that there is a positive association between governance and socio-economic indicators. Thus, people's participation, level of freedom and corruption can be important elements to overcome this multidimensional poverty.

Key-words: poverty; governance, development.

Área2: Economia

¹Os autores agradecem ao *Grupo de Estudos Econômicos Aplicados (GEEA)* da UFJF/GV

1. INTRODUÇÃO

O conceito de pobreza tem sido alvo de diversas discussões na literatura recente, uma vez que este é um fenômeno que assola os diversos países e regiões. Dentre as abordagens desenvolvidas, podem-se citar a pobreza absoluta, relativa, necessidades básicas e privação de capacidades, de Amartya Sen. Entretanto, dadas as considerações dos relatórios anuais de desenvolvimento do Programa das Nações Unidas (PNUD), que se desvia da visão estritamente econômica do desenvolvimento, passou a ser consensualmente aceito que a renda é relevante, mas que sozinha não é capaz de definir pobreza em uma sociedade. Ou seja, a pobreza é um fenômeno multidimensional (BANCO MUNDIAL, 2001).

A redução da pobreza e desigualdade ganhou ênfase na nova estratégia de desenvolvimento de agências multilaterais. Assim, surge uma nova orientação de desenvolvimento, legitimada pela abordagem das capacidades de Sen, ao se voltar para o desenvolvimento sustentável, ou seja, crescimento com redução da pobreza e desigualdade. Segundo Maranhão (2009), este movimento ocorre devido à necessidade de justificar os resultados das reformas econômicas sugeridas pelo Banco Mundial sobre a África Subsaariana, que causaram aprofundamento da pobreza nesta região. O banco ressaltou que o problema foi consequência de falhas institucionais, basicamente uma crise de governança.

Dada à premissa de que a boa governança é um instrumento importante para o combate a pobreza, torna-se relevante entender qual o papel desta na determinação dos cenários de pobreza mundial e de que forma as práticas de governança se relacionam com a pobreza dos países.

Desta maneira, o objetivo deste trabalho é analisar a relação entre governança e pobreza dos países, no seu conceito multidimensional, retratada através das dimensões renda, saúde e educação. Os dados utilizados são do Banco Mundial e compreendem o período de 1996-2014. Para compreender as relações propostas ao longo do tempo, lança-se mão da metodologia de dados em painel. Esta análise se justifica na medida em que corrobora as limitações da abordagem baseada na renda e reforça a importância da abordagem das capacidades de Amartya Sen, que legitimou novas concepções de desenvolvimento e fortaleceu a doutrina da boa governança.

Além desta introdução, o presente trabalho está estruturado da seguinte forma: o Capítulo 2 se divide em dois tópicos. O tópico 2.1 apresenta as diferentes abordagens da pobreza e as limitações que abriram espaço para construção da abordagem das capacidades de Amartya Sen e o tópico 2.2 apresenta a doutrina da boa governança e sua relação com a pobreza. O Capítulo 3 aborda a metodologia e base de dados. O Capítulo 4 traz os resultados e discussões. Por fim, no Capítulo 5 têm-se as considerações finais.

2. DA ABORDAGEM FOCADA NA RENDA A ABORDAGENS MULTIDIMENSIONAIS DA POBREZA

O conceito de pobreza tem sido alvo de diversas discussões na literatura ao longo do tempo. Começando da abordagem que entende pobreza como situação de baixa renda, que leva a incapacidade de conseguir condições mínimas de subsistência, até abordagens que atualmente estão em voga, pois consideram o caráter multidimensional da pobreza. Rocha (2003) aborda que os países são heterogêneos no que diz respeito à cultura e renda, portanto ao tentar definir pobreza é necessário considerar estas peculiaridades.

A pobreza e a desigualdade são fenômenos que podem ser observados na evolução das sociedades. Segundo Rocha (2003), na década de 70 a atenção global se voltava para estes fenômenos. A redução da pobreza e desigualdade ganha ênfase na nova estratégia de

desenvolvimento de agências multilaterais que buscam financiar o desenvolvimento, visto que os países sofriam com o impacto da desigualdade social e inóxia que atingiam a população, pois a questão distributiva não evoluía juntamente com o crescimento do PIB. Como abordado por Machado (2006, p.30), “em pleno final do século XX, a pobreza deixa de ser uma questão residual nos países desenvolvidos para entrar novamente na agenda política governamental.”

A pobreza pode ser caracterizada de formas diversas, neste sentido Barros (2000) apresenta a seguinte definição:

A pobreza, evidentemente, não pode ser definida de forma única e universal, contudo, podemos afirmar que a pobreza refere-se a situações de carência em que os indivíduos não conseguem manter um padrão mínimo de vida condizente com as referências socialmente estabelecidas em cada contexto histórico (BARROS, 2000, p.2).

Já para Rocha (2003, p. 9) pobreza é “(...) um fenômeno complexo, podendo ser definido de forma genérica como a situação na qual as necessidades não são atendidas de forma adequada”. O que retrata uma definição de pobreza dependente de peculiaridades de cada região, envolvendo não só dificuldades atreladas à renda, mas também costumes e valores da sociedade.

Ao analisar a literatura sobre o tema, identificam-se quatro abordagens principais de concepção da pobreza: absoluta, relativa, necessidades básicas e privação de capacidades. De acordo com Rocha (2003), considerando a renda como medida, a pobreza absoluta refere-se à incapacidade de suprir necessidades nutricionais indispensáveis para manutenção da vida, a medida de pobreza por esta perspectiva é a linha de indigência ou linha de pobreza.

Barros (2000) sugere que ao tratar a pobreza em termos de insuficiência de renda, carece a identificação da população pobre através da criação de uma medida que retrate a realidade desta parcela da sociedade, introduzindo assim a ideia de linha de pobreza e/ou indigência. Esta linha divisória estabelece um nível de renda que permite determinar como pobres e/ou indigentes as pessoas com renda abaixo dela. A linha de indigência é determinada por uma medida de renda, que torna possível consumir os requerimentos calóricos mínimos para subsistência, ao acrescentar a esta medida a renda necessária para satisfazer necessidades básicas de moradia, transporte e vestuário (LOPES et al, 2003).

Sen (2001) faz algumas observações acerca da taxa de incidência, que é a proporção de pessoas determinadas pobres pela linha de pobreza. O autor descreve uma brecha no uso deste índice, que se tornou relevante para investigações em estudos mais recentes. Para o autor, determinar a parcela do total de indivíduos de um território classificados como pobres por se encontrar abaixo da linha de pobreza, não deixa explícito a possibilidade de encontrar desigualdade de renda entre eles, pode existir pessoas mais pobres que outras. Ou seja, a taxa de incidência deixa de fora de sua análise à questão distributiva, que o autor julga ser importante ao se analisar a pobreza.

Neste aspecto, Comim e Bagolin (2002) ressaltam que a política antipobreza pode não atingir os grupos mais miseráveis, o que a torna insatisfatória neste ponto, “É muito mais ‘eficiente’ transferir recursos àqueles “menos pobres” do que aos ‘mais pobres’ (COMIM, F., BAGOLIN, 2002, p.471). As políticas públicas, apoiadas na taxa de incidência como medida de pobreza, podem beneficiar os pobres que estão próximos da linha de pobreza em detrimento dos mais miseráveis (mais distantes da linha) atenuando sem muitos esforços o número de pobres na população, daí a importância do caráter distributivo de renda entre os considerados pobres (SEN, 2001).

O hiato de renda, que assim como a taxa de incidência, é um índice agregado do total de pobres, calcula a renda média necessária para retirar todos os indivíduos da situação de pobreza, ou seja, para que nenhuma pessoa permaneça abaixo da linha de pobreza. Contudo, a deficiência desta medida é que ela ignora a identificação dos pobres na sociedade, e também não dá a devida atenção a questão distributiva (SEN, 2001). As políticas antipobreza indicadas por esta medida são ineficientes, pois: “No final, o "repasso" de recursos "médios" pode não satisfazer as necessidades de nenhum dos indivíduos”(COMIM, F., BAGOLIN, 2002, p.472).

Portanto, para corrigir esta questão distributiva é sugerida uma nova forma de mensuração da pobreza, que leve em conta, além da taxa de incidência e o hiato de renda, a desigualdade distributiva da renda (SEN, 2001):

A despeito do meu ceticismo sobre a adequação da chamada medida de Sen e de outros indicadores que diagnosticam a pobreza em termos de baixa renda, eu não questionaria a contribuição analítica e prática feita por estes trabalhos empíricos usando a sensibilidade à distribuição na avaliação da pobreza (SEN, 2001, p. 168).

Comime Bagolin(2002) apontam críticas a essa medida, porque é também baseada na renda e utiliza a idéia de média que pode levar a políticas públicas ineficientes para atender as necessidades específicas da população carente.

Sen(2001) menciona que o uso difuso da abordagem baseada na renda pode ser atribuído à facilidade de acesso a este tipo de dado. Uma vantagem é que facilita comparações entre países, pois a medida de renda que determina a linha de pobreza pode ser convertida em uma moeda comum, indicando a pobreza relativa de cada um (LOPES et al, 2003). Contudo, como abordado por Rocha (2003), a linha de pobreza é limitada, pois através dela não é possível inferir qualquer afirmação quanto à situação nutricional dos pobres. Esta consideração faz levar a abordagem de Amartya Sen como mais adequada para este tipo de percepção. De acordo com a autora, ao se utilizar o parâmetro renda, construir linhas de pobreza em países muito pobres pode ser ineficiente: “Na verdade, a renda sofre tanto mais restrições à sua utilização quanto mais pobre é o país” (ROCHA, 2003, p. 17), isto ocorre porque geralmente a própria população produz os produtos que consome, por não conseguir se inserir no mercado, o que acaba tornando a renda uma variável insignificante, pois a população supre suas privações fora do mercado.

Outra limitação apontada é a complexidade na comparação de linhas de pobreza de diferentes países, ignorando particularidades sociais, culturais e econômicas, incluindo a variação em relação aos preços entre os distintos territórios (ROCHA, 2003). Machado (2007) ressalta também a complexidade de mensurar pobreza utilizando a renda, dado que em um mesmo país, no mesmo período, pode-se chegar a diversos resultados, a depender da metodologia utilizada. Todas estas observações levam a necessidade de abordagens que não consideram a renda como único indicador de bem estar, neste sentido se introduz a abordagem de pobreza relativa e a das necessidades básicas.

Rocha (2003) apresenta a definição de pobreza relativa, que diz respeito à incapacidade de suprir necessidades que são determinadas pelo meio sociais, como tradições e culturas. Conforme mencionado por Lopes et al (2005, p. 128): “A pobreza relativa situa o indivíduo na sociedade”. O que é justificado ao levar em conta a consciência das pessoas em relação à posição que ocupa na sociedade. Neste sentido, o indivíduo é considerado pobre porque se sente desta forma. Em sociedades mais desenvolvidas, em que a renda média da população é alta, a pessoa pode se sentir pobre caso o nível de sua renda esteja abaixo desta média. Isto pode resultar na exclusão social deste indivíduo, pois este pode acabar se isolando

do contexto social, político e econômico disponível. Considerando esta percepção (...) “esses indivíduos tendem a exercer o mesmo papel social dos indivíduos absolutamente pobres” (LOPES et al, 2005, p. 128).

Crespo e Gurovitz (2002) entendem que a concepção da pobreza relativa está intimamente relacionada com a questão da distribuição de renda, considerando que é relativa porque é percebida quando confrontada a situação de uma pessoa com as demais em relação à renda, importância da ocupação no mercado de trabalho ou poder, em observância do padrão de vida desta sociedade. A crítica apontada pelos autores(2002, p. 4) é que esta abordagem: “(...) acaba gerando ambiguidade no uso indiferente dos termos pobreza e desigualdade que, na verdade, não são sinônimos”. De acordo com Diniz e Diniz (2009, p. 400) ao caracterizar a pobreza como relativa tornam-se válidas interpretações opostas, pois é possível: “(...) uma interpretação tanto objetiva, por um critério previamente definido, como subjetiva, porque depende, também, de como os indivíduos se veem dentro do contexto social”.

A abordagem das necessidades básicas traz a tona o ponto de vista humanista da pobreza. Esta busca englobar dimensões que captam princípios de justiça, liberdade, hombridade, dentre outros. Nesta concepção, o foco é determinar a vulnerabilidade econômica através de um conjunto de bens que representem as necessidades indispensáveis para uma vida digna (DINIZ e DINIZ, 2009). Elementos como: acesso a moradia, saúde, educação, condições para higiene (banheiro, fossa, água encanada etc.), podem ser considerados determinantes na mensuração da pobreza por esta ótica. Segundo Lopes et al. (2005), o traço mais importante desta abordagem é a “universabilidade”, dado que aponta necessidades comuns a todos os cidadãos. Contudo, ressalta que as escolhas destas dimensões para determinar a pobreza são facultativas, o que causa arbitrariedade. Neste contexto, os chamados pobres são as pessoas de um grupo que se encontram abaixo do valor pré-determinado de para alguma dimensão considerada.

Ao empregar um esforço de discutir até que ponto a renda, isoladamente, pode determinar se um indivíduo se classifica como pobre ou não, Sen (2001) assinala que a principal característica da pobreza é a privação. Neste sentido, a pergunta a ser respondida é: privação de que? Para descrever tais privações é necessário considerar o meio social em que o indivíduo esta inserido, pois a definição de privação pode variar conforme costumes e valores. O autor defende que se trata de privação de capacidade. Esta abordagem contempla e analisa os determinantes da pobreza como um fenômeno multidimensional.

Dentro da abordagem das capacidades, o autor escreve que a capacidade é, antes de tudo, uma consequência da liberdade para por em prática funcionamentos que são de grande valor para determinada pessoa. “Na medida em que os funcionamentos são constitutivos do bem-estar, a capacidade representa a liberdade de uma pessoa para realizar bem-estar” (SEN, 2001, p.89). Uma pessoa para ter a vida que valoriza, deve ter a oportunidade de escolher dentre as possibilidades da vida aqueles funcionamentos que esta considera valiosos. Portanto, a possibilidade de escolha (capacidade para realizar funcionamentos) afeta diretamente o bem estar da pessoa.

Segundo o autor, os “funcionamentos” são constituintes da vida das pessoas, suas conquistas e realizações. Como observado: “Viver pode ser visto como consistindo num conjunto de “funcionamentos” inter-relacionados, que compreendem estados e ações” (SEN, 2001, p.79). Nesta perspectiva, são exemplos de funcionamentos básicos: alimentar-se de forma apropriada, evitar a morte prematura e a morbidade, gozar de boa saúde etc. Podem ser considerados “estados” subjetivos como funcionamentos de: exercer a cidadania, se tornar representante da comunidade, exercer a consciência política, sentir-se realizado, não ter vergonha de se apresentar perante outras pessoas etc. Já a capacidade, segundo o autor, retrata o conjunto de funcionamentos que um indivíduo alcança. “A capacidade é, portanto, um

conjunto de vetores de funcionamentos, refletindo a liberdade da pessoa para levar um tipo de vida ou outro” (SEN, 2001, p. 80).

De acordo com as definições tratadas, o autor ressalta que existem funcionamentos essenciais para a sobrevivência humana, que são indispensáveis em qualquer cultura, o que pode não ocorrer quando trata-se de bens específicos, como exemplifica o autor,

(...) é provável que haja mais acordo intercultural— e também interpessoal — sobre a importância de ter a capacidade de evitar a fome aguda ou a subnutrição severa do que sobre a importância de ter um suprimento de itens particulares de alimentação (...) para servir a esses funcionamentos (SEN, 2001, p. 172).

Isto justifica, segundo o autor, a definição de pobreza como privação de capacidades, ao invés de considerar a impossibilidade de atender as “necessidades básicas” de um conjunto de bens. Viver bem está relacionado a muitos outros fatores além da renda. “(...) nem utilidade nem renda (nem bens primários, nem recursos) podem ser identificadas com o bem-estar como tal” (SEN, 2001, p.173). Neste sentido, a renda é apenas um dos fatores que privam o indivíduo de realizar funcionamentos e de alcançar a vida que valoriza.

Para o combate à pobreza, o autor destaca a importância do Estado como um dos principais agentes da governança das políticas públicas relacionadas ao tema. Principalmente em países e regiões menos desenvolvidas, o poder público deve assumir esse papel de destaque para proporcionar a população maior acesso a alimentação adequada, educação, saúde e outras necessidades sociais. Ademais, a perspectiva investigatória da abordagem das capacidades permite que se volte à atenção aos problemas da ação pública ao comparar os cenários, como analisado por Sen (2001) para diferentes regiões da Índia. Neste estudo, aqueles estados que apresentaram maior ativismo público em campanhas educacionais e com direitos de propriedade melhor definidos tiveram sucesso na realização de funcionamentos importantes por parte da população, se comparado aos demais.

2.2. Governança e Pobreza

O Banco Mundial (1994) define governança como a forma pela qual os governos exercem seu poder na administração de seus recursos sociais e econômicos. Para Maranhão (2009), ganham destaque algumas questões de governança relacionadas à garantia e continuidade da eficiência na gestão dos recursos do país, o que torna necessária a presença de regras e instituições. Este autor (p. 60) descreve os elementos formadores da doutrina da governança, sendo compostos “por três grandes estratégias que se relacionam entre si: construção institucional, boa governança e redução da pobreza”.

O surgimento da doutrina da governança, para Maranhão (2009), sugere que ocorreu uma mudança de perspectiva, que caracterizou uma tendência em direção a construção de um novo entendimento universal sobre o desenvolvimento, voltado para a dimensão humana e social, passando a se preocupar com os aspectos políticos do desenvolvimento. Na década de 90, esse movimento foi caracterizado por uma inflexão que denota uma transferência de interesse para assuntos como a legitimidade e o consenso político necessário ao desenvolvimento sustentável (BORGES, 2003; FAÉ, 2009).

Neste sentido, a África Subsaariana teve importante papel, devido ao fracasso das reformas econômicas sugeridas pelo Banco Mundial aos países africanos. Esse insucesso foi atribuído a “crise de governança” que já sofriam os países africanos, ou seja, o responsável pelo problema, segundo Maranhão (2009) foi a carência institucional do Estado. Para Júnior (2010, p. 4), o fracasso da África ocorreu devido ao “(...) privilégio dado às variáveis

econômicas em detrimento das variáveis políticas e sociais nos projetos de desenvolvimento financiados pelo Banco e pelos governos nacionais até a década de setenta.”

Este último autor relata que, nos anos 90, a teoria proposta por Amartya Sen teve grande importância, dado que legitimou a ação de combate à pobreza, com o advento da segunda geração das políticas de financiamento (baseadas nas reformas do Estado e da gestão pública), cenário que propicia a emergência da temática governança. De acordo com Maranhão (2009), ocorreu essencialmente o deslocamento das preocupações sociais para o centro das reformas econômicas propostas.

Para Rached (2008), o ponto de vista em relação à função do Estado é diretamente afetado pelo cenário internacional, se mostrando, às vezes, a favor do intervencionismo e outras do liberalismo. Assim, na sua perspectiva, o Estado deve exercer a função de aliado da iniciativa privada, para tornar possível um melhor desempenho econômico. Para o autor, há complementaridade, ou seja, o papel do Estado é indispensável e complementar ao mercado, fortalecendo a ideia de “Estado eficiente” e abandonando o argumento de que o Estado é nocivo ao andamento da economia. Como abordado por Maranhão (2009, p. 64):

“Diferentemente da formulação do Estado mínimo da década de 1980, aí, o Banco define que o Estado deve realmente ser menor, porém deve ser constituído por uma burocracia mais profissional (o que significa mais próxima dos fundamentos da iniciativa privada: orientada pela competitividade) e deve atuar propositivamente em direção ao funcionamento da economia (garantindo um ambiente saudável para os negócios), o que compreende, também, sustentar estratégias de redução da pobreza.”

Como abordado por Maranhão (2009), há uma mudança de ênfase com a emergência das novas ideias de empoderamento de proteção dos pobres por meio de serviços básicos, das parcerias locais, da descentralização e da construção institucional. Nesta nova formulação, os pobres deixam de lado o papel passivo, até então desempenhado, para atuar ativamente como parceiros da estratégia do governo em seus projetos de desenvolvimento.

Holmes et al (2001) identificam uma forte ligação entre governança e as questões de pobreza. Os autores abordam que a má administração das instituições públicas piora a situação da população pobre, dado que prejudica a implementação de políticas a favor deste grupo. Para atender esta demanda o governo deve ser legítimo, da mesma forma o clientelismo deve ser evitado na gestão pública. Assim, é importante identificar os arranjos institucionais mais eficientes para gerar resultados positivos aos pobres.

Para o Banco mundial (2001), a experiência em matéria de desenvolvimento nos últimos 50 anos influenciou diretamente a estratégia de redução da pobreza. Nas décadas de 1950 e 1960, o desenvolvimento era visto como a capacidade de aplicação em capital físico e infraestrutura, nos anos de 1970 essa percepção passou a englobar também dimensões como saúde e educação. Na década de 1980, em resposta a experiência vivida na África Subsaariana, o foco muda em direção ao aperfeiçoamento da gestão econômica e ao apoio a liberalização do mercado. Já na década de 1990, os pontos centrais da discussão sobre o desenvolvimento eram o governo, as instituições e a vulnerabilidade. Desta forma, a proposta de combate da pobreza se dá através de três eixos: promoção de oportunidades, facilitação da autonomia e aumento da segurança da população de baixa renda. Em relação à promoção de oportunidades, o governo deve neutralizar os efeitos negativos que podem acontecer no decorrer do desenvolvimento econômico, como a desigualdade. Uma maior equidade tem forte efeito sobre a redução da pobreza em países muito desiguais. Sobre o bom desempenho do mercado, Holmes et al (2001) descreve a importância do aumento ao acesso aos mercados, destacando que o Estado tem importante papel na determinação e implementação das regras

que comandam os mercados de terra, trabalho e crédito. As barreiras que impedem os pobres de entrar nesses mercados são a exclusão social e a discriminação. Ressalta que são necessárias, por parte do governo, a promoção da ampliação dos mercados e a geração de condições de aquisição de ativos para atender esta camada social.

Ressaltam que para garantir a sustentabilidade da participação, a última deve estar presente nas instituições formais, que devem oferecer todo suporte a mesma. É interessante observar que a participação dos grupos menos favorecidos na política está intimamente relacionada com instituições públicas descentralizadas. “A descentralização pode aproximar as instituições das comunidades e populações pobres, aumentando o controle dos serviços por partes das pessoas que têm direito a recebê-los.” (BANCO MUNDIAL, 2001, p.9).

Para facilitar a autonomia, indica-se que o Estado deve formular e aplicar políticas que atendam a parcela pobre da população, o que só é possível com a interação de elementos políticos, institucionais e sociais. O Estado e as entidades sociais devem ser responsáveis e receptivos aos pobres, uma vez que são os responsáveis pelo controle do acesso aos mercados e serviços públicos por esta parte da população.

Assim, fatores como os choques econômicos, a corrupção, o crime e a violência são fatores agravantes da situação de pobreza de um país. De acordo com Holmes et al (2001), a insegurança aos direitos de propriedade e o desemprego alimentam a vulnerabilidade e torna a família pobre mais miserável. Argumentam que investimentos na saúde básica e na capacitação profissional podem atenuar a vulnerabilidade em diversos aspectos. Assinalam que a crise econômica e inflação impactam fortemente os cidadãos pobres, que são mais suscetíveis a sofrer com o crime, violência e corrupção e, conseqüentemente, vivem as margens da sociedade. Neste contexto, mencionam que o governo deve garantir um sistema de justiça ativo que iniba estes atos, além de tornar viáveis mecanismos eficientes de denúncias de comportamento ilícito de autoridades públicas pela população. Deve-se estimular “(...)ativamente os governos a tornarem-se mais transparentes, prestarem mais contas a seus cidadãos, serem menos susceptíveis à corrupção e melhores na prestação de serviços” (BANCO MUNDIAL, 2013, p. 22).

Lameira (2009) ressalta que o governo e as instituições devem voltar à atenção para a promoção do bem estar econômico e financeiro, que pode ser alcançado por meio de uma conduta ética. Considera que é complexo tentar medir a corrupção e o comportamento das pessoas (responsável pelas práticas indevidas motivadas por interesses pessoais), acaba gerando medidas que não permitem entender de forma detalhada esses fenômenos sociais. Segundo o autor, a prática da governança é capaz de amenizar a corrupção em uma sociedade.

De acordo com a *Transparency International* (2016), a corrupção gera custos econômicos, políticos, sociais e ambientais. Ela afeta negativamente a renda da população, dificulta o bom funcionamento do mercado, é um entrave à democracia e ao estado de direito, faz com que o governo e instituições percam a legitimidade, além de enfraquecer a confiança dos cidadãos na estrutura de governo e levar a explorações que devastam o meio ambiente. Lameira (2009) indica que índices de governança baixos estão relacionados a países mais pobres, com indicadores de saúde e educação insatisfatórios.

3. METODOLOGIA E BASE DE DADOS

A justificativa para o estudo proposto se assenta sobre a premissa de que a boa governança é um instrumento fundamental para o combate a pobreza dos países. Esta visão surge da necessidade de legitimar a nova concepção de desenvolvimento, o que se torna possível através da abordagem das capacidades de Amartya para analisar a pobreza, a qual passa a se preocupar com aspectos voltados para a dimensão humana e social, atentando-se para as características políticas do desenvolvimento.

Dito isto, a proposta metodológica constitui um esforço para medir o impacto da governança sobre a pobreza dos países. Para isso, utiliza-se uma análise de dados em painel envolvendo o período que vai de 1996 a 2014. Busca-se também controlar aspectos demográficos e sociais, para se obter um efeito mais puro das variáveis explicativas sobre as variáveis de interesse.

3.1. Base de dados

Os dados utilizados neste estudo correspondem à junção de dois bancos de dados extraídos do Banco Mundial. O primeiro contempla variáveis socioeconômicas, especificamente focadas nas dimensões de educação, saúde, infraestrutura, demografia, e renda. São elas: expectativa de anos de estudo das crianças, expectativa de vida ao nascer, percentual de acesso a instalações sanitárias adequadas, população total, renda nacional bruta per capita e a taxa de crescimento anual do PIB.

O segundo refere-se ao banco de dados do projeto *The WorldWideGovernanceIndicators* (WGI)² do Banco Mundial, que dispõe de indicadores de governança em seis dimensões, utilizando-se aqui duas delas: Voz e responsabilidade e Controle da corrupção. A Tabela 1 descreve as variáveis utilizadas:

Tabela 1. Descrição das variáveis

Código	Nome	Descrição
Variáveis-resposta		
LN RNB	Logaritmo da RNB per capita	Rendimento nacional bruto dividido pela população na metade do ano. Determinado pela soma do valor acrescentado por todos os produtores residentes mais quaisquer impostos sobre os produtos (menos subsídios) não incluídos na avaliação da produção mais as receitas líquidas de rendimentos primários do estrangeiro. Os dados estão em dólares constantes de 2005.
EXPESCOL	Expectativa de vida escolar (anos)	Número de anos que uma criança ao entrar na escola pode esperar gastar dentro do ensino primário e secundário. Ou seja, é um indicador de retenção escolar, independente da repetência, dentro do período especificado de ensino.
EXP VIDA	Esperança de vida ao nascer, total (anos)	Número de anos que um recém-nascido viveria se o padrão de mortalidade prevalente naquele momento permanecesse o mesmo durante toda a sua vida.
Variáveis explicativas		
INST SANIT	Instalações sanitárias melhoradas (% da população com acesso)	As instalações sanitárias melhoradas são susceptíveis de garantir a separação higiênica de excrementos humanos do contato humano. Incluindo sistema canalizado de esgoto, fossa séptica e latrina.
CRES PIB	Crescimento do PIB per capita (% anual)	Taxa anual de crescimento percentual do PIB per capita com base em moeda local constante. Agregados são baseados em dólares constantes de 2005.
LN POP	Logaritmo da população total	É o logaritmo da população total. Conta todos os residentes, independentemente do seu estatuto legal ou cidadania - exceto para os refugiados que se estabeleceram no país em asilo, que são geralmente considerados parte da população de seu país de origem.
CONTCORR	Controle da corrupção	Mede os ganhos privados derivados do exercício do poder público, incluindo todas as formas de corrupção.
VOZ E RESP	Voz e responsabilidade	Retrata a capacidade da população de participar na seleção do governo e a liberdade de expressão e imprensa.

Fonte: Elaboração própria a partir do Banco Mundial.

²www.govindicators.org

O estudo toma como período inicial o ano de 1996, pois foi neste ano que os dados do WGI começaram a ser disponibilizados. Ademais, são calculados indicadores de governança para 215 países, enquanto os demais indicadores são disponibilizados para 247 países. Desta forma, a amostra contém 3280 observações. A análise descritiva dos dados encontra-se na Tabela 2. A análise de correlação se encontra no Apêndice A.

Tabela 2 – Análise descritiva dos dados

Variável	Obs	Média	Desvio Padrão
Expectativa de vida escolar (anos)	2934	68, 6247	9, 6637
Instalações sanitárias melhoradas (% da população com acesso)	3094	70, 4416	30, 0339
Expectativa de vida escolar (anos)	2076	10, 8467	2, 1996
Logaritmo da RNB per capita	2977	8, 1840	1, 6121
Crescimento do PIB per capita (% anual)	3073	2, 5337	5, 5863
Logaritmo da população total	3280	15, 2943	2, 2468
Controle da corrupção	3159	-0, 0291	1, 0058
Voz e responsabilidade	3214	-0, 0321	1, 0038

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Banco Mundial.

3.2. O Modelo econométrico³

Dados em painel são constituídos por observações dos mesmos indivíduos acompanhados ao longo do tempo, também são chamados dados longitudinais. Estes possuem a vantagem de aumentar a precisão da estimativa, pois permitem a construção de uma amostra maior. Cita-se ainda o benefício de tornar possível um entendimento mais profundo sobre a dinâmica do comportamento das unidades se comparado a uma única sessão de corte transversal. Contudo, como as observações são dependentes e identicamente distribuídas entre os períodos de tempo, a autocorrelação pode ser um problema. Neste sentido, para uma inferência estatística válida é necessário controlar a possível correlação dos erros do modelo de regressão ao longo do tempo.

Outro ganho citado pelos autores é que permite que sejam controladas heterogeneidades não observadas que causam viés nos estimadores de cross-section, dado que na prática é difícil a obtenção de um instrumento válido para a correção. Desta forma dados em painel fornece a possibilidade de estimativa consistente do modelo de efeitos fixos, assim chamado porque se acredita que essas heterogeneidades não observadas são correlacionadas com pelo menos uma variável explicativa. Entretanto, se as heterogeneidades são independentes dos regressores, os efeitos individuais são chamados de efeitos aleatórios, e a regressão passa a ser chamada de modelo de efeitos aleatórios.

3.2.1. Cortes transversais agrupados (Pooled)

É o modelo mais restritivo de dados em painel, formado pelo agrupamento de amostras aleatórias de cross-section, que assume a inexistência de heterogeneidades não observadas no modelo e especifica que os coeficientes são constantes, mesmo pressuposto da análise de cortes transversais, conforme (1):

$$Y_{it} = \alpha_0 + X_{it}'\beta + u_{it} \quad i = 1, \dots, N, \quad t = 1, \dots, T \quad (1)$$

³ Desenvolvido a partir de Cameron e Trivedi (2005) e Wooldridge (2013).

em que Y_{it} representa a variável-resposta (renda, educação ou saúde), do país i no tempo t ; X_{it} representa o conjunto de variáveis explicativas (governança mais controles) do país i no tempo t ; u_{it} é o termo de erro.

Neste caso, se o modelo possuir correta especificação e $cov(X_{it}, u_{it}) = 0$ e $cov(\alpha, X_{it}) = 0$, então ele pode ser consistentemente estimado por meio do MQO agrupados. Os ganhos com este tipo de dados é que aumenta o tamanho da amostra, de maneira a conseguir estatísticas de testes mais poderosos e estimadores mais precisos. Contudo, se houver efeitos individuais não observados a regressão terá um erro composto $v_{it} = \alpha_i + u_{it}$, o que causa viés de heterogeneidade devido à omissão de variáveis.

3.2.2. Modelo de Efeitos Fixos

O modelo de efeitos fixos possibilita que cada unidade de corte transversal tenha um coeficiente de intercepto diferente, mantendo as mesmas inclinações. Ele permite controlar o viés e a inconsistência gerada pelas heterogeneidades não observadas. Para estimar o modelo adota-se o estimador *within*, assim denominado porque consiste em uma transformação interna da regressão. Ele mede a associação entre os desvios individuais das variáveis explicativas em relação aos seus valores médios no tempo e os desvios da variável dependente e seus valores médios ao longo dos anos. Obtido pelo cálculo da média da equação (1) no tempo, tem-se (2):

$$\bar{Y}_i = \alpha_i + \bar{X}_i' \beta + \bar{u}_i \quad (2)$$

Subtraindo (2) de (1), tem-se (3):

$$\check{Y}_{it} = \alpha_i + \check{X}_{it}' \beta + \check{u}_{it} \quad (3)$$

Desta forma os termos α_i se cancelam. O estimador *within* é o estimador de MQO da equação (3). Ele produz estimativas consistentes no modelo de efeitos fixos, enquanto o MQO agrupado não. Outra característica é que pressupõe hipóteses de exogeneidade estrita entre os resíduos e regressores (4):

$$E[u_{it} / \alpha_i, X_{i1}, \dots, X_{it}] = 0 \quad t = 1, \dots, T \quad (4)$$

3.2.3. Modelo de Efeitos Aleatórios

O modelo de efeitos aleatórios, ou modelo de componentes aleatórios, é uma variação de modelos de dados em painel que considera a seguinte regressão (5):

$$Y_{it} = \alpha + X_{it}' \beta + \alpha_i + u_{it} \quad (5)$$

em que α_i é uma variável aleatória, contudo é não correlacionada com os regressores do modelo, ou seja, $cov(\alpha_i, X_{it}) = 0$, $t = 1, \dots, T$, $i = 1, \dots, N$.

O estimador de efeitos aleatórios, assim como o de efeito fixo explora as características especiais de dados em painel. Neste caso, o estimador de efeitos aleatórios pode ser obtido a partir da estimação de MQO do modelo transformado (6):

$$Y_{it} - \hat{\lambda} \bar{Y}_i = (1 - \hat{\lambda}) \alpha + (X_{it} - \hat{\lambda} \bar{X}_i)' \beta + v_{it} \quad (6)$$

Onde $v_{it} = (1 - \hat{\lambda}) \alpha_i + (u_{it} - \hat{\lambda} \bar{u}_i)$ é assintoticamente iid, e $\hat{\lambda}$ é consistente para (7):

$$\lambda = \frac{1 - \sigma_u}{\sqrt{\sigma_u^2 + T\sigma_a^2}} \quad (7)$$

Observe que caso $\hat{\lambda} = 0$ a equação (7) corresponde à regressão de MQO agrupado, se $\hat{\lambda} = 1$ corresponde ao método de efeitos fixos e $\hat{\lambda} \rightarrow 1$ conforme $T \rightarrow \infty$. Portanto, o estimador de efeitos aleatórios é totalmente eficiente sobre o modelo de efeitos aleatórios, mas é inconsistente na situação em que o modelo de efeitos fixos é o melhor.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

O presente estudo busca compreender a relação e o impacto da governança sobre a pobreza dos países, em três dimensões: renda, educação e saúde. Para cada um destes, o procedimento foi à comparação entre os modelos POLS, efeitos fixos e efeitos aleatórios. A conjugação dos testes LM de *BreushPagan*, *ChoweHausman* (Apêndice B) indicam que o melhor modelo é o de efeitos fixos, concentrando parte da análise neste modelo. Os demais resultados (POLS e Efeito Aleatório) servem como parâmetros de comparação em termos dos sinais dos coeficientes, garantindo (ou não) a robustez das associações esperadas. Além disso, os demais testes (multicolinearidade, heterocedasticidade, autocorrelação e normalidade) estão apresentados no Apêndice B e uma análise descritiva dos dados da regressão, do modelo de efeito fixo (renda) está no Apêndice C. Os resultados são apresentados na Tabela 3.

Assim, a começar pelo modelo de efeitos fixos (controlando as características individuais, com erros padrão robustos), as medidas de qualidade de ajustamento do modelo indicam que ele se ajusta melhor para cada país do que entre os países e no geral. Neste sentido, para cada país, cerca de 80% da variação da renda per capita pode ser atribuída à variação conjunta das variáveis explicativas, embora, considerando o ajustamento entre os países e no geral o R^2 se mostrou baixo. Pode-se ainda notificar que o termo de erro mostrou correlação negativa e baixa com as variáveis explicativas.

Ao analisar o impacto da governança sobre a renda dos países, espera-se que a primeira tenha impacto positivo sobre a segunda, conforme argumentado por Lameira (2009). Desta forma, é possível verificar que entre o controle da corrupção e o aumento da participação da sociedade na política em geral, ambos mostraram o sinal esperado, entretanto, apenas o controle da corrupção se mostrou significativo (5% de significância). Portanto, é possível inferir que países em que os governos buscam a transparência e eficiência, prestam conta a população e são menos suscetíveis a corrupção tendem a ter maior renda per capita, o que impacta diretamente nesta dimensão da pobreza.

Considerando a dimensão saúde (esperança de vida), os sinais apresentados dos parâmetros são os esperados (positivos). Entretanto, entre as variáveis de controle, taxa anual de crescimento do PIB e o logaritmo da população, apenas a última se mostrou significativa. Observa-se que quanto maior o período de retenção de uma criança na escola, ou quanto mais elevado o grau de instrução maior a expectativa de vida da população em média, dado que o parâmetro se mostrou significativo e positivo. O parâmetro da renda per capita não foi significativo, embora tenha apresentado sinal positivo. Outra variável avaliada é a instalação sanitária melhorada, que não se mostrou significativa, embora tenha apresentado o sinal esperado positivo, indicando que o aumento do acesso a uma infraestrutura adequada impacta positivamente a expectativa de vida.

Tabela 3 – Resultados dos modelos POLS, Efeito Fixo e Aleatório, considerando as três variáveis-resposta – 1996 a 2014.

Variável-resposta	POLS			EfeitoFixo			Ef. Aleatório		
	RNB pc	Esper. de vida	Vida escolar	RNB pc	Esper. de vida	Vida escolar	RNB pc	Esper. de vida	Vida escolar
Logaritmo da RNB per capita		1,4885*** (0,1791)	0,3919*** (0,0517)		0,4096 (0,2492)	0,4207*** (0,1617)		0,7048*** (0,2436)	0,2437** (0,1228)
Expectativa de vida escolar (anos)	0,0816*** (0,0106)	0,1789** (0,0838)		0,0404** (0,0157)	0,3222* (0,1182)		0,0251 (0,0153)	0,3736*** (0,1115)	
Esperança de vida ao nascer, total (anos)	0,0276*** (0,0039)		0,0159** (0,0079)	0,0108** (0,0069)		0,0888** (0,0366)	0,0212*** (0,0078)		0,0815*** (0,0274)
Instalações sanitárias melhoradas (% com acesso)	0,0173*** (0,0012)	0,1816*** (0,0068)	0,0253*** (0,0024)	0,0085* (0,0047)	0,0414** (0,0267)	0,05406*** (0,0199)	0,0204*** (0,0032)	0,1265*** (0,0179)	0,0271*** (0,0071)
Crescimento do PIB per capita (% anual)	-0,0162*** (0,0039)	0,0286 (0,0307)	0,0291*** (0,0079)	0,0019 (0,0017)	0,0091 (0,0114)	0,0055 (0,0053)	-0,0005 (0,0018)	0,0089 (0,0122)	0,0123** (0,0054)
Logaritmo da população total	0,0429*** (0,0065)	0,3432*** (0,0574)	-0,0817*** (0,0149)	-0,6525** (0,2636)	4,3859 (1,8842)	2,2266** (0,9253)	-0,0799*** (0,0304)	0,5997*** (0,2247)	-0,0279 (0,0473)
Controle da corrupção	0,5895*** (0,0244)	-0,0563 (0,1970)	0,1001* (0,0596)	0,0913** (0,0454)	0,42397 (0,3395)	0,0709 (0,1645)	0,1855*** (0,0453)	0,4786 (0,2919)	0,0268 (0,1401)
Voz e responsabilidade	0,1932*** (0,0282)	0,9893*** (0,2131)	0,4182*** (0,0524)	0,0081 (0,0517)	0,1501 (0,3724)	0,1738 (0,1724)	0,1154** (0,0517)	0,4481 (0,3592)	0,1946 (0,1319)
D_ano2	-0,0024 (0,0857)	-0,1031 (0,5791)	0,3783 (0,2389)	0,0073 (0,0273)	0,1579 (0,1787)	0,0900 (0,0901)	-0,0189 (0,0281)	0,2471 (0,1694)	0,1931** (0,0896)
D_ano3	-0,0930 (0,0791)	-0,0121 (0,5512)	0,4382** (0,2204)	-0,0008 (0,0329)	0,2655 (0,2314)	0,1420 (0,0912)	-0,0350 (0,0329)	0,3418 (0,2270)	0,2835*** (0,0868)
D_ano4	-0,1055 (0,0808)	0,3048 (0,5596)	0,7216*** (0,2177)	0,0019 (0,0366)	0,5678** (0,2621)	0,2039* (0,1047)	-0,0617* (0,0350)	0,6593*** (0,2568)	0,4495*** (0,0888)
D_ano5	-0,0686 (0,0801)	0,4861 (0,5468)	0,8172*** (0,2132)	0,0688* (0,0387)	0,6916** (0,2834)	0,2494** (0,1160)	-0,0069 (0,0361)	0,7687*** (0,2819)	0,5359*** (0,0941)
D_ano6	0,1125 (0,0798)	0,4740 (0,5278)	0,5596*** (0,2097)	0,2387*** (0,0425)	0,9569*** (0,2964)	0,0950 (0,1436)	0,1526*** (0,0398)	0,9626*** (0,2842)	0,4298*** (0,1097)
D_ano7	0,2461*** (0,0833)	0,5007 (0,5307)	0,5134** (0,2050)	0,3858*** (0,0452)	1,1132*** (0,3179)	0,0046 (0,1618)	0,2863*** (0,0419)	1,1021*** (0,3075)	0,4117*** (0,1173)
D_ano8	0,3014*** (0,0830)	0,7270 (0,5336)	0,6477*** (0,2024)	0,4796*** (0,0471)	1,3253*** (0,3319)	-0,0221 (0,1713)	0,3660*** (0,0424)	1,2972*** (0,3222)	0,4465*** (0,1225)
D_ano9	0,3882*** (0,0827)	0,8546 (0,5194)	0,6547*** (0,1989)	0,5949*** (0,0508)	1,5338*** (0,3476)	-0,1120 (0,1828)	0,4658*** (0,0454)	1,4819*** (0,3375)	0,4180*** (0,1271)
D_ano10	0,4511*** (0,0818)	1,1316** (0,4997)	0,6611*** (0,2009)	0,7267*** (0,0568)	1,7449*** (0,3686)	-0,1492 (0,2058)	0,5781*** (0,0494)	1,6748*** (0,3593)	0,4638*** (0,1407)
D_ano11	0,4166 (0,0855)	1,0298* (0,5351)	0,8514*** (0,2060)	0,7742*** (0,0601)	1,9684*** (0,3903)	-0,1197 (0,2129)	0,6043*** (0,0504)	1,8924*** (0,3895)	0,5671*** (0,1441)
D_ano12	0,4689*** (0,0826)	1,4502*** (0,5043)	0,7249*** (0,2033)	0,7957*** (0,0610)	2,1531*** (0,3972)	-0,1663 (0,2250)	0,6185*** (0,0511)	2,0891*** (0,3883)	0,5473*** (0,1499)
D_ano13	0,5244*** (0,0831)	1,5358*** (0,5027)	0,8855*** (0,2086)	0,8473*** (0,0641)	2,3943*** (0,4148)	-0,1706 (0,2425)	0,6543*** (0,0525)	2,3300*** (0,4022)	0,6074*** (0,1588)
D_ano14	0,6125*** (0,0860)	1,4105*** (0,5171)	0,9326*** (0,2085)	0,9091*** (0,0671)	2,7323*** (0,4366)	-0,2063 (0,2591)	0,7068*** (0,0544)	2,6441*** (0,4294)	0,6155*** (0,1647)
D_ano15	0,5676*** (0,0885)	1,3791*** (0,5212)	1,1720*** (0,2126)	0,9543*** (0,0708)	2,7311*** (0,4568)	-0,0831 (0,2517)	0,7388*** (0,0569)	2,6161*** (0,4586)	0,7815*** (0,1530)
COSNANTE	3,2013*** (0,2358)	35,9132*** (1,2471)	5,1198*** (0,5288)	16,2840*** (3,9024)	-11,1203 (29,3103)	-38,1210*** (13,9411)	5,8396*** (0,6764)	39,3737*** (3,7867)	1,1212 (1,6503)

Fonte: Elaboração própria a partir das estimativas do modelo. Obs: 1836 observações.

Sobre a governança, os parâmetros apresentaram os sinais esperados estabelecendo que países com maior participação da sociedade na escolha dos governos, na formulação de leis e na política em geral, com governos que buscam a transparência e o combate à corrupção, em média, apresentam maior expectativa de vida. Contudo, os parâmetros não foram significativos.

Por fim, investiga-se a dimensão educação. Os sinais de todos os parâmetros foram positivos de acordo com o esperado. Entretanto, entre as variáveis de controle, a taxa anual de crescimento do PIB e o logaritmo da população, apenas a última se mostrou significativa, sugerindo uma relação direta com a expectativa de vida escolar. Com relação às variáveis de desenvolvimento, a renda se mostrou significativa, a 5% de significância, sugerindo que o aumento da renda per capita de um país implica na elevação dos anos de retenção de uma criança na escola. Ainda, é possível inferir que quanto maior a expectativa de vida da população maior tende a ser a os anos esperados de estudo, em média, dado que o parâmetro se mostrou significativo e positivo. Ao avaliar a instalação sanitária melhorada, constata-se que se mostrou significativa, com 95% de confiança, apresentando o sinal esperado positivo indicando que o aumento do acesso a uma infraestrutura adequada impacta positivamente a expectativa de anos de estudo, afetando positivamente no nível de bem estar.

Sobre a governança, os parâmetros não foram significativos, mas apresentaram uma relação direta com a proxy para qualidade da educação dos países. Essa análise é relevante, uma vez que a educação é um dos principais meios dos indivíduos superarem o ciclo de pobreza dentro de suas famílias.

Considerando todos os demais modelos (POLS e Efeito Aleatório), constata-se que a governança, traduzida aqui através das variáveis “controle da corrupção” e “voz e responsabilidade”, afeta positivamente as três dimensões da pobreza. Ou seja, melhores indicadores institucionais de governança, os quais representam o ambiente institucional dos países, têm impactos diretos sobre a renda, saúde e educação. Na medida em que o conceito multidimensional da pobreza exige uma inserção de fatores “não-econômicos” nas análises, apresentar as associações entre variáveis econômicas, sociais e institucionais vai ao encontro da agenda mais recente de políticas públicas para combate e redução da pobreza.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema pobreza é motivo de intensos debates, o que favoreceu a evolução de uma abordagem multidimensional. A literatura aponta que mensurar a pobreza considerando diversos aspectos implica em arbitrariedade na escolha das dimensões consideradas, pois os funcionamentos importantes para a sociedade, que são constitutivos do bem estar, dependem da diversidade de cada região, fortalecendo a importância dos fatores institucionais. Também é importante ressaltar que algumas dimensões não são consideradas em diversos estudos devido à falta de dados, ocasionada pela dificuldade de obter uma medida precisa, principalmente para julgamentos de valor, e não porque são menos importantes.

A compreensão dos determinantes da pobreza torna-se mais complexa na medida em que se consideram dimensões para além da renda, como infraestrutura, educação e saúde. Além disso, normalmente os estudos não se atentam a importância da ação do Estado, no que tange o seu papel na manutenção de um ambiente institucional favorável à redução da pobreza dos países. Assim, configurou-se como objetivo deste trabalho a análise da relação entre governança e pobreza, em termos multidimensionais (renda, saúde e educação).

Utilizou-se dois indicadores agregados de governança – “voz e responsabilidade” e “controle da corrupção”. O primeiro retrata o grau de participação da sociedade na política, na escolha do governo e a contribuição para formulação de políticas; o segundo indica se os governos são suscetíveis à corrupção, representando um ambiente com baixos custos de

transação (no caso de haver um forte controle da corrupção). Ademais, considerou-se outros indicadores de desenvolvimento socioeconômico, como forma de controle.

Os resultados, para as três dimensões de pobreza, apontaram que o impacto da governança (voz e responsabilidade, controle da corrupção) é positivo sobre os indicadores de renda, saúde e educação dos países, e principalmente significativo para o controle da corrupção (considerando os devidos controles dos efeitos fixos). As demais variáveis de desenvolvimento socioeconômico também possuem um efeito direto sobre o nível de renda, saúde e educação, e conseqüentemente, colaboram para a redução da pobreza, conforme sugerido pela literatura.

Destarte, considerando a percepção multidimensional da pobreza, ao englobar não só a renda, mas também indicadores de saúde e educação corrobora-se, em partes, a hipótese de que medidas de governança, caracterizadas pelo controle da corrupção e voz e responsabilidade, exercem impacto positivo sobre os indicadores selecionados para este estudo.

Existe um consenso de que pobreza é um fenômeno multidimensional. A renda é um dos fatores que privam o indivíduo de atender suas necessidades básicas ou funcionamentos essenciais, mas outros fatores sociais, políticos e institucionais também podem ser determinantes nessa dinâmica das privações e funcionamentos. Países com ambientes institucionais favoráveis à redução da pobreza, com “boa” governança, tendem a apresentar melhores indicadores sociais e econômicos. Elementos como a maior participação da população na dinâmica política e social, maiores níveis de liberdade e menores níveis de corrupção, por exemplo, são variáveis-chave para o processo de desenvolvimento. Os resultados aqui considerados servem como estímulo para futuras pesquisas, pensando na necessidade de maior capacidade de análise do ambiente institucional dos países, incorporando não só elementos formais (governança-Estado) como elementos informais (cultura, normas, valores), que juntos são a base para redução de conflitos sociais.

REFERÊNCIAS

BANCO MUNDIAL. *The World Bank Annual Report 1994*. Washington DC: World Bank, 1994.

BANCO MUNDIAL. *Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 2000/2001-Luta contra a Pobreza*. Washington DC: World Bank, 2001.

BANCO MUNDIAL. *Relatório Anual de 2013*. Washington DC: World Bank, 2013.

BARROS, R. P. de, HENRIQUES, R., MENDONÇA, R. A. Estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil. In: HENRIQUES, Ricardo (Org.). *Desigualdade e Pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora IPEA, 2000.

BORGES, André. *Governança e Política Educacional: a agenda recente do Banco Mundial*. Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo, nº 52, v.18, 2003, p.125-217.

CAMERON, A. C.; TRIVEDI, P. K. *Micro econometrics Methods and Applications*. Cambridge University Press. 2005.

COMIM, F., BAGOLIN, I. P. (2002) *Aspectos qualitativos da pobreza no Rio Grande do Sul*. Ensaios FEE, Porto Alegre, v.23, Número Especial, p. 467 - 490, ago.

CRESPO, A. P. A., GUROVITZ, E. *A Pobreza Como Um Fenômeno Multidimensional*.

RAE-eletrônica, Volume 1, Número 2, jul-dez/2002. Disponível em: <http://www.rae.com.br/electronica/index.cfm?FuseAction=Artigo&ID=1178&Secao=PÚBLICA&Volume=1&Numero=2&Ano=2002>

- DINIZ, M. B., DINIZ, M. M.. *Um Indicador Comparativo de Pobreza Multidimensional a Partir dos Objetivos do Milênio. Economia Aplicada*, v. 13, n. 3, 2009, pp. 399-423.
- FAÉ, Rogério. *Os Discursos sobre Desenvolvimento como Recursos Político-Estratégicos: o Banco Mundial como Organização Central no Campo Discursivo do Desenvolvimento*. 2009. Tese (Doutorado em Administração)- Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.
- HOLMES, M., KNACK, S., MANNING, N., MESSICKR., RINNE, J. *Governance and Poverty Reduction*. (Draft for Comments , April, 2001). Disponível em: <http://ftp.unpad.ac.id/orari/library/library-ref-ind/ref-ind-1/application/poverty-education/prsp/SourceBook/gov0427.pdf> Acesso em 24/09/2015
- JUNIOR, R. B. S. dos. *As Políticas Sociais do Banco Mundial para os Países em Desenvolvimento*. 2010. Tese (Doutorado em Ciência Política)- Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.
- LAMEIRA, V. J. *Governança e impactos nos mercados emergentes*. Gestão da Produção, Operações e Sistemas, n.1, p. 143-158, 2010. Disponível em: <http://revista.feb.unesp.br/index.php/gepros/article/view/348/349>. Acesso em 22/01/2016.
- LOPES, H. M., MACEDO, P. B., MACHADO, A. F.. *Análise de Pobreza com indicadores multidimensionais uma aplicação para o Brasil e Minas Gerais*. R. Econ. contemp., Rio de Janeiro, 9(1): 125-152, jan./abr. 2005.
- LOPES, H. M., MACEDO, P. B., MACHADO, A. F.. *Indicador de pobreza: aplicação de uma abordagem multidimensional ao caso brasileiro*. Texto para discussão; 223.15p. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2003.
- MACHADO, Kenys. *Mensuração da Pobreza: uma comparação entre a renda e a abordagem multidimensional*. 2006. 125 f. Dissertação (Mestrado em Administração)-Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.
- MACHADO, Kenys. *Pobreza como insuficiência de renda: vantagens e limitações de sua utilização*. Conjuntura & Planejamento, Salvador, n. 155, p. 30-35, abr./jun. 2007.
- MARANHÃO, T. A. *Governança Mundial e Pobreza: Consenso de Washington ao consenso das oportunidades*. 2009. Tese (Doutorado em Sociologia)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
- PNUD, Relatório do Desenvolvimento Humano 2010. *A verdadeira Riqueza das Nações: Vias para o Desenvolvimento Humano*, 2010.
- RACHED, Gabriel. *As Políticas de Desenvolvimento do Banco Mundial no Contexto das Transformações Internacionais*. 2008. Tese (Doutorado em Economia)- Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.
- ROCHA, Sonia. *Pobreza no Brasil: afinal de que se trata?* Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- SEN, A. K. *Desigualdade Reexaminada*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- TRANSPARENCY INTERNATIONAL. Disponível em: <http://www.transparency.org> Acesso em: 23/01/2016.
- WOOLDRIDGE, J. M. Introdução à econometria: uma abordagem moderna. Tradução José Antônio Ferreira; revisão técnica Galo Carlos Lopez Noriega. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

WORLD BANK - The Worldwide Governance Indicators (WGI). Disponível em: www.govindicators.org

WORLD BANK – Data. Disponível em: <http://data.worldbank.org/indicator>

APÊNDICE A – ANÁLISE DOS DADOS

Tabela A.1 Correlação simples

	Esperança de vida ao nascer	Expectativa de vida escolar	Logaritmo da RNB per capita	Logaritmo da população total	Instalações sanitárias melhoradas	Controle da corrupção	Voz e responsabilidade	Crescimento do PIB per capita (% anual)
Esperança de vida ao nascer	1							
Expectativa de vida escolar	0,7299	1						
Logaritmo da RNB per capita	0,8239	0,7829	1					
Logaritmo da população total	-0,0163	-0,1499	-0,0610	1				
Instalações sanitárias melhoradas	0,8567	0,7403	0,7956	-0,0862	1			
Controle da corrupção	0,6065	0,6346	0,7919	-0,1388	0,5423	1		
Voz e responsabilidade	0,5759	0,6281	0,7160	-0,1832	0,4886	0,7940	1	
Crescimento do PIB per capita (% anual)	-0,0617	-0,0506	-0,1429	0,0592	-0,0404	-0,1439	-0,1333	1

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa.

APÊNDICE B – TESTES BREUSHPAGAN; CHOW; HAUSMAN; NORMALIDADE

Tabela B.1 Teste Shapiro-Wilk para normalidade

Variável Dependente	Estatística	P- valor
Logaritmo da RNB per capita	6,3510	Prob> z = 0,0000
Esperança de vida ao nascer, total (anos)	11,8500	Prob> z = 0,0000
Expectativa de vida escolar (anos)	7,8190	Prob> z = 0,0000

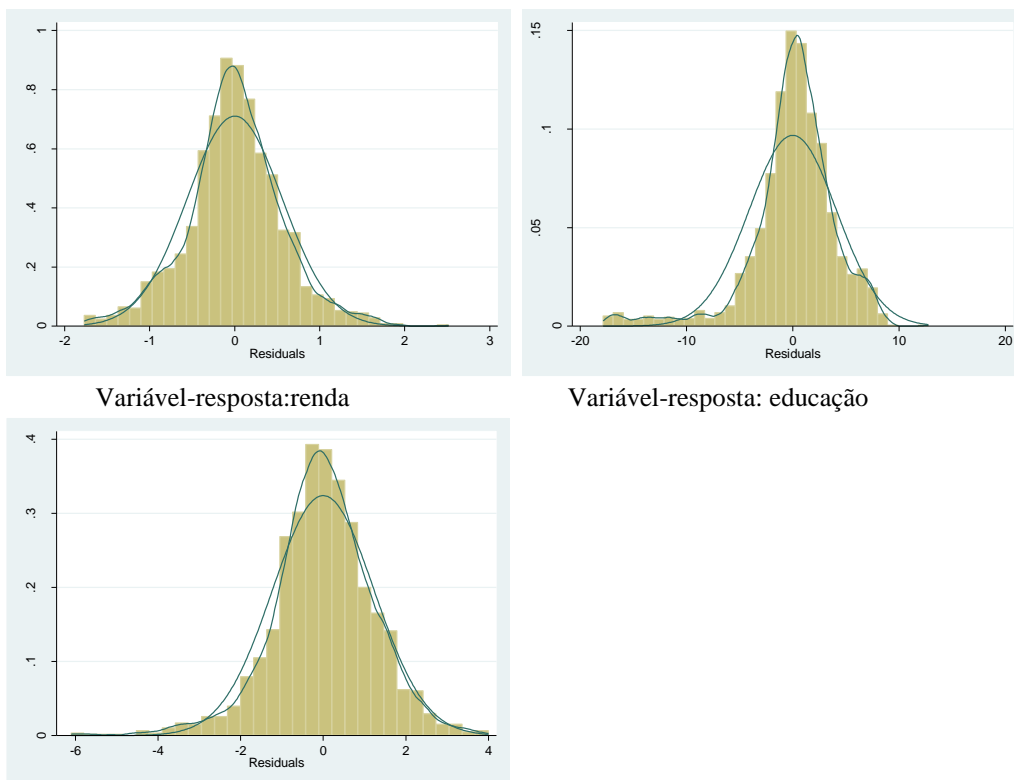
Hipótese nula: Distribuição normal dos erros

Fonte: Elaboração própria a partir de software econométrico

Tabela B.2 Testes para escolha do modelo

Variável Dependente	Teste	Hipótese Nula	Estatística	Valor p
Logaritmo da RNB per capita	LM de BreushPagan	Modelo Pooled é melhor que o modelo de Efeitos Aleatórios	chi2(1) = 6317,0600	Prob>chi2=0, 0000
	Teste de Chow	Modelo Pooled é melhor que o modelo de Efeitos Fixos	F(172, 1642) = 8,5100	Prob> F = 0, 0000
	Teste de Hausman	Modelo de Efeitos Aleatórios é melhor que Efeitos Fixos	chi2 = 214,5700	Prob>chi2=0, 0000
Esperança de vida ao nascer, total (anos)	LM de BreushPagan	Modelo Pooled é melhor que o modelo de Efeitos Aleatórios	chi2(1)= 7715,0300	Prob>chi2= 0,0000
	Teste de Chow	Modelo Pooled é melhor que o modelo de Efeitos Fixos	F(172,1642)=14 4,5100	Prob>F=0,0000
	Teste de Hausman	Modelo de Efeitos Aleatórios é melhor que Efeitos Fixos	chi2 =170,9700	Prob>chi2=0, 0000
Expectativa de vida escolar (anos)	LM de BreushPagan	Modelo Pooled é melhor que o modelo de Efeitos Aleatórios	chi2(1) = 4881,7300	Prob>chi2= 0,0000
	Teste de Chow	Modelo Pooled é melhor que o modelo de Efeitos Fixos	F(172, 1642)=40,3500	Prob>F=0,0000
	Teste de Hausman	Modelo de Efeitos Aleatórios é melhor que Efeitos Fixos	chi2 =124,3100	Prob>chi2=0, 0000

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa.



Variável-resposta: saúde

Figura B.1 - Distribuição do erro

Fonte: Elaboração própria a partir de software econométrico

Tabela B.3 –Multicolinearidade–Fator de Inflação da Variância

	Logaritmo da RNB per capita	Esperança de vida ao nascer, total (anos)	Expectativa de vida escolar (anos)
Logaritmo da RNB per capita		7,60	6,51
Esperança de vida ao nascer, total (anos)	4,78		4,76
Expectativa de vida escolar (anos)	3,07	3,12	
Instalações sanitárias melhoradas (% com acesso)	4,52	3,65	4,94
Crescimento do PIB per capita (% anual)	1,16	1,19	1,09
Logaritmo da população total	1,09	1,10	1,08
Controle da corrupção	3,11	4,02	3,88
Voz e responsabilidade	3,07	3,08	2,64
D_ano1	1,96	1,60	1,81
D_ano3	2,29	1,84	1,90
D_ano4	2,37	1,87	1,93
D_ano5	2,29	1,82	1,93
D_ano6	2,38	1,88	1,97
D_ano7	2,39	1,90	1,98
D_ano8	2,36	1,87	2,00
D_ano9	2,42	1,92	2,01
D_ano10	2,34	1,85	2,01
D_ano11	2,37	1,89	2,05
D_ano12	2,31	1,84	2,04
D_ano13	2,36	1,87	2,06
D_ano14	2,27	1,82	2,06
D_ano15	2,15	1,74	2,05
Média VIF	2,53	2,36	2,51

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa.

Tabela B.4 Teste de Wald- Heterocedasticidade em grupo em modelos de EF

Variável Dependente	Estatística	P- valor
Logaritmo da RNB per capita	chi2 (173) = 1,3e+33	Prob>chi2 = 0, 0000
Esperança de vida ao nascer, total (anos)	chi2 (173) = 1,7e+31	Prob>chi2 = 0, 0000
Expectativa de vida escolar (anos)	chi2 (173) = 1,1e+05	Prob>chi2 = 0, 0000

Hipótese nula: Ausência de heterocedasticidade

Fonte: Elaboração própria a partir de software econométrico

Tabela B.5 Teste de Woodridge para autocorrelação

Variável Dependente	Estatística	P- valor
Logaritmo da RNB per capita	F(1, 150) = 1406, 674	Prob> F = 0, 0000
Esperança de vida ao nascer, total (anos)	F(1, 150) = 85, 967	Prob> F = 0, 0000
Expectativa de vida escolar (anos)	F(1, 150) = 204, 900	Prob> F = 0, 0000

Hipótese nula: Ausência de auto-correlação

Fonte: Elaboração própria a partir de software econométrico

APÊNDICE C – ANÁLISE DESCRITIVA DOS DADOS DA REGRESSÃO

Tabela C.1 Análise descritiva dos dados da regressão – Modelo de efeito fixo

Variável	Obs	Média	DP	Mínimo	Máximo
<i>Base original</i>					
Expectativa de vida escolar (anos)	2934	68,6247	9,6637	35,6600	83,8300
Instalações sanitárias melhoradas (%com acesso)	3094	70,4416	30,0339	3,0000	100,0000
Expectativa de vida escolar (anos)	2076	10,8467	2,1996	2,1933	16,7870
Logaritmo da RNB per capita	2977	8,1840	1,6121	4,3820	12,1373
Crescimento do PIB per capita (% anual)	3073	2,5337	5,5863	-62,2143	104,6576
Logaritmo da população total	3280	15,2943	2,2468	9,1338	21,0338
Controle da corrupção	3159	-0,0291	1,0058	-2,0600	2,5900
Voz e responsabilidade	3214	-0,0321	1,0038	-2,2800	1,8300
<i>Base regressão</i>					
Expectativa de vida escolar (anos)	1836	69,7557	9,2008	40,6800	83,3300
Instalações sanitárias melhoradas (%com acesso)	1836	73,2044	29,1458	3,0000	100,0000
Expectativa de vida escolar (anos)	1836	10,8093	2,2008	2,2012	16,78705
Logaritmo da RNB per capita	1836	8,2357	1,6009	4,7004	11,55224
Crescimento do PIB per capita (% anual)	1836	2,6820	4,2436	-17,5326	33,0304
Logaritmo da população total	1836	15,8539	1,8661	10,7565	21,0288
Controle da corrupção	1836	0,0757	0,9951	-1,6400	2,5900
Voz e responsabilidade	1836	0,0773	0,9636	-2,1800	1,8300

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa.